

Percepções e práticas sustentáveis adotadas pelos servidores de um centro acadêmico de uma instituição pública de ensino superior

Anna Luiza Motta Nascimento - Universidade de Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0003-2622-825X> - annaluiza.motta@upe.br

João Batista Cavalcanti da Silva – Universidade de Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0002-6647-137X> - joao.bcavalcanti@upe.br

Fagner José Coutinho de Melo – Universidade de Pernambuco
<https://orcid.org/0000-0002-0550-5177> - Fagner.melo@upe.br

Pablo Aurélio Lacerda de Almeida Pinto – Universidade de Pernambuco
<http://orcid.org/0000-0001-5199-5181> - pablo.aurelio@upe.br

Resumo - Este estudo teve como objetivo avaliar a percepção de sustentabilidade ambiental e as práticas adotadas pelos servidores de um Centro Acadêmico de uma universidade pública a partir da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e do Plano de Logística Sustentável (PLS) adotado pela universidade. Para isso, foi realizada uma pesquisa do tipo *survey*, onde 62 questionários foram aplicados visando entender as percepções e práticas de sustentabilidade do público-alvo deste estudo. As questões foram formuladas com base na literatura existente e nos direcionamentos dos 6 eixos da A3P - gestão adequada dos resíduos, licitação sustentável, uso racional dos recursos naturais e bens públicos, sensibilização e capacitação dos servidores e qualidade de vida no ambiente de trabalho - e do PLS da instituição. Os resultados apontam que atitudes que visam a redução de impactos ambientais, econômicos e sociais estão se tornando uma prática no cotidiano das pessoas, entretanto, apesar da maioria dos pesquisados concordarem com adoção de algumas medidas sustentáveis, o conhecimento sobre a A3P e o PLS, principais instrumentos que direcionam os objetivos e ações promovidas pela universidade nessa temática, são incipientes.

Palavras-chave: Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, Administração Pública, Sustentabilidade, Conscientização

Perceptions and sustainable practices adopted by the employees of an academic center of a public higher education institution

Abstract - This study aimed to evaluate the perception of environmental sustainability and the practices adopted by servers of one of the Academic Centers of a public university from the Environmental Agenda for Public Administration (A3P) and the Sustainable Logistic Plan (PLS) adopted by the University. To this end, *survey* research was carried out, where 62 questionnaires were applied with the aim of understanding the perceptions and practices of sustainability of the target audience of this study. The questions were formulated based on existing literature and on the guidelines and 6 axes of the A3P - appropriate waste management, sustainable bidding, rational use of natural resources and public assets, awareness and training of public servants and quality of life in the workplace - and the Institution's PLS. The results show us that attitudes aimed at reducing environmental, economic and social impacts are becoming a practice in people's daily lives, however,

although most respondents agree with the adoption of some sustainable measures, knowledge about the A3P and the PLS, the main instruments that guide the objectives and actions promoted by the university on this issue, are incipient.

Keywords: Environmental Agenda for Public Administration - A3P, Public Administration, Sustainability, Awareness.

Data da submissão: 22/06/2022

Data de aceitação: – 27/11/2022

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



DOI: <https://doi.org/10.51359/2317-0115.2023.254404>

1. Introdução

É de responsabilidade da administração pública adotar práticas e ações que ajudem a sociedade a superar os desafios apresentados atualmente no que diz respeito às questões ambientais, propiciando meios para que os nossos modelos de produção e consumo, bem como os propósitos econômicos, sejam repensados através de estratégias inovadoras que levem em consideração os elementos sociais e ambientais (BRASIL, 2020). Nesse sentido, as instituições públicas têm sido provocadas a desenvolver programas que tenham como objeto o debate sobre a adoção de políticas de Responsabilidade Socioambiental para o setor público. Logo, a Administração Pública Brasileira tem desenvolvido diversas políticas que visam à promoção da sustentabilidade em suas práticas de gestão, das quais destacam-se a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

A A3P é o principal programa da Administração Pública Brasileira voltado para a gestão socioambiental, o qual tem sido implementado por diversos órgãos e instituições das três esferas de governo como também no âmbito dos três poderes. A A3P, tem sua ordenação a partir das orientações do Capítulo IV da Agenda 21, que recomenda aos países o estabelecimento de programas voltados ao “exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”. (Brasil, 2021).

O PLS é um instrumento de planejamento que viabiliza a introdução de práticas sustentáveis através da racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos na gestão pública, estabelecendo uma agenda que possibilite ao poder público uma atuação socioambiental correta. Seu objetivo é favorecer, através da Educação Ambiental, a eficiência e a melhor gestão do gasto público, a diminuição dos impactos socioambientais danosos e a conscientização dos servidores públicos a desenvolverem habilidades que integrem a prática aos processos organizacionais (BRASIL, 2012).

A adoção do PLS pelas instituições públicas é de extrema importância, pois segundo dados disponibilizados pela Controladoria Geral da União (2021), através do seu Portal da Transparência, a despesa com os gastos públicos para o ano de 2021 ultrapassou a cifra dos R\$ 4,3 trilhões, dos quais R\$ 3,48 trilhões haviam sido executados até novembro/2021. Considerando o elevado valor das cifras, esses recursos devem ser empregados de forma mais eficiente e sustentável através da adoção de estratégias para o desenvolvimento de uma cultura organizacional que fomente a responsabilidade socioambiental.

Então, sendo as universidades federais instituições públicas e levando em conta que a sua função social compreende ensino, pesquisa e extensão, cabe a elas desenvolverem mecanismos que visem a promoção da sustentabilidade em todas as suas atividades. Portanto, a adesão à A3P e a adoção do PLS pelas universidades corresponde com o que se espera desses espaços, que é a adoção de mecanismos que torne a sua gestão mais sustentável, contribuindo assim com a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e responsáveis que nos conduzam à direção de um mundo mais sustentável.

Para Batista (2020), as universidades têm uma forte influência no modo de organização da sociedade graças às mudanças ocasionadas no meio em que estão inseridas através da geração de conhecimento, desenvolvimento tecnológico e pensamentos que nela são formados. Entretanto, para além da disseminação de conhecimentos e formação de opinião, há de se considerar o potencial que estas instituições possuem para aplicação dos conceitos de sustentabilidade em seus processos de gestão, servindo de modelo para a sociedade.

Alguns autores destacam que a integração entre ensino, pesquisa, extensão e gestão é condição indispensável para que as questões de sustentabilidade sejam inseridas de forma efetiva no seio da universidade. “Essa integração deverá refletir mudanças efetivas de conceitos, hábitos e práticas de gestão nos diversos níveis, da reitoria à sala de aula” (MARCOMIN; SILVA, 2009, p. 4). Tal mudança de hábitos e práticas, bem como a integração entre setores se tornam ainda mais desafiadoras considerando a esfera de grande complexidade que é a administração pública.

Dentro deste contexto, o presente estudo parte do seguinte questionamento: para além da adesão da A3P e do PLS pela universidade, os servidores da instituição estão informados e engajados para o alcance dos objetivos propostos por esses instrumentos?

Este estudo visa, então, analisar as práticas e percepções de sustentabilidade dos servidores de um dos Centros de uma Universidade Pública do Nordeste, considerando as definições da A3P, cuja adesão pela Instituição se deu em 2014 e do Plano de Logística Sustentável, instituído pela universidade em agosto de 2019.

Busca-se com este trabalho contribuir teoricamente com a temática da sustentabilidade nas instituições de ensino superior. Já as implicações práticas se concentram principalmente na possibilidade de auxiliar na formulação de ações de sustentabilidade que englobem não apenas o corpo docente, mas todos os setores da universidade. Através dos resultados obtidos, espera-se que a gestão da informação, a comunicação e os incentivos aos servidores para a adoção de práticas sustentáveis possam ser revistos e aprimorados pelos gestores universitários.

Além desta introdução, o artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção apresenta uma breve fundamentação teórica acerca da Sustentabilidade na Administração

Pública e especificamente nas Instituições de ensino superior. Em sequência, estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados, seguidos dos resultados encontrados. Na última seção, se encontram as considerações finais com as conclusões obtidas e sugestões de pesquisas futuras.

2. Referência Conceitual

Apresentam-se nas sequência, os principais conceitos trabalhados no artigo.

2.1 Sustentabilidade na Administração Pública

Através dos movimentos recentes realizados pelas organizações, é possível perceber que elas estão se conscientizando de suas responsabilidades para minimizar os impactos ambientais e socioeconômicos decorrentes do rápido processo de globalização. Munck, Munck e Souza (2011) destacam que até meados da década de 70, a sustentabilidade de uma organização, em especial das empresas, estava atrelada apenas ao seu patrimônio, aos lucros crescentes e à sua capacidade de permanecer em atividade.

Atualmente, a sustentabilidade organizacional se apoia no modelo criado por John Elkington em 1994, que propõe que se compreenda a sustentabilidade de uma organização ponderando a perspectiva econômica, ambiental e social. Neste contexto, segundo Amaral, Stefano e Chiusoli (2018, p. 56) “para atingir a sustentabilidade, as empresas devem alavancar seus capitais econômico, social, e ambiental, inter-relacionando-os de forma que se influenciam mutuamente, enquanto contribuem para o desenvolvimento sustentável em seu domínio político”.

Assim, não apenas o lucro é relevante, mas também os resultados sociais e ambientais. De forma geral, segundo Lorenzetti, Cruz e Ricioli (2008, p. 4):

“O pilar econômico, bem conhecido, representa a geração de riqueza pela e para a sociedade por meio do fornecimento de bens e serviços; o pilar ambiental refere-se à conservação e ao manejo dos recursos naturais e ao pilar social compete atingir a equidade e a participação de todos os grupos sociais na construção e manutenção do equilíbrio do sistema, compartilhando direitos e responsabilidades”.

No universo das diversas formas de organização, a administração pública desponta como uma das grandes responsáveis pelo uso da maioria dos recursos disponíveis e pela geração de resíduos, resultado do seu elevado poder de compra e de consumo. Neste processo, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desempenham um papel fundamental como formadores de pensamento e opinião podendo melhorar a disseminação do pensamento sustentável e, principalmente, incorporar práticas sustentáveis em suas atividades.

Com o objetivo de promover mudanças de atitudes e minimizar os impactos socioambientais, a A3P e o PLS foram ações propostas para melhor atuação da esfera governamental frente aos desafios da sustentabilidade. A A3P foi concebida em 1999 e incluída em 2004 como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. A Agenda tem como objetivo promover e incentivar as instituições públicas no

país a adotarem e implementarem ações na área de responsabilidade socioambiental em suas atividades internas e externas. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, até o ano de 2020 o programa totalizava 490 termos de adesão assinados com instituições públicas municipais, estaduais e federais do Brasil.

A Agenda estabeleceu seis eixos temáticos, ou linhas de atuação. Esses eixos temáticos sofrem adaptações conforme a instituição, adequando-se às suas condições. No caso das universidades públicas foram definidos os seguintes eixos de ação: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras públicas sustentáveis; construções sustentáveis e sensibilização e capacitação dos servidores (BRASIL, 2021).

O PLS foi estabelecido através do Decreto nº 7.746/2012, que, em seu artigo 16, determina a elaboração e a implantação do Plano de PLS para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional, como também para as empresas estatais (BRASIL, 2012). É uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, que permite ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos processos instituídos na Administração Pública.

Segundo Silva *et.al* (2016, p. 4), nas universidades “as ações deverão ser avaliadas a fim de atender as práticas sustentáveis baseadas em ações de racionalização e otimização de materiais e recursos utilizados diariamente”. Assim, “os PLS’s são utilizados para pôr em prática o que já foi determinado pelas legislações vigentes.” (FRANCO et al. 2016, p. 211).

Através de uma pesquisa bibliográfica, Santos (2020) buscou discutir a gestão ambiental no âmbito da administração pública municipal. Os resultados encontrados demonstraram que a participação social e o comprometimento dos servidores são fundamentais para a modificação da cultura institucional.

Partindo dessa premissa, com o objetivo de identificar a atitude dos servidores e a contribuição efetiva da A3P no ambiente organizacional do setor público, Pegorin, Santos e Martins (2014) conduziram um estudo de caso em um Ministério pertencente à Administração Direta Federal. Os resultados das entrevistas realizadas com 50 servidores do órgão mostraram que algumas práticas relacionadas ao melhor uso dos recursos são amplamente adotadas, enquanto outras passam despercebidas. Por exemplo, todos os entrevistados afirmaram que imprimem ou fazem cópia dos documentos frente e verso sempre, mas apenas 18% disseram utilizar material reciclado em suas atividades operacionais. Os autores chamam atenção para este desequilíbrio e constam que existe dificuldade entre os gestores em transformar as teorias propostas pela A3P em práticas recorrentes e efetivas.

Neste sentido, um ponto imprescindível para executar o plano é a sensibilização dos servidores, exibindo seus benefícios e os orientando à prática, para que sejam aceitas.

2.2 Instituições de Ensino Superior e Sustentabilidade

A aplicação dos princípios da sustentabilidade nas diversas formas de organização (administração pública, universidades, empresas privadas, órgãos não governamentais etc.), de maneira geral, podem ser guiadas pelos três eixos do *Triple Bottom Line*, mas é necessário considerar o papel e as particularidades de cada instituição.

Tratando das universidades, especificamente, apesar de compartilharem pontos em comum com outras organizações, essas instituições apresentam alguns aspectos únicos.

“No campo das organizações burocráticas, a universidade representa uma complexidade, que ora lhe coloca similarmente às organizações burocráticas, ora, como um caso especial de burocracia. Ao mesmo tempo, que atua como centro de pesquisa, com estrutura direcionada para isso como material, instalações, mão-de-obra especializada e equipamentos, tem também o papel de ser um centro propagador de conhecimento, com atuação nas áreas de ensino e na área social”. (VIEGAS; CABRAL, 2015, p. 34).

Um dos principais obstáculos para o desenvolvimento da consciência crítica sobre questões que incluem o *Triple Bottom Line* e o conceito de desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Superior (IES) é que grande parte da comunidade universitária mantém a concepção de sustentabilidade apenas vinculada a questões ambientais e que as ações são decorrentes unicamente das exigências dos órgãos de controle (LARA, 2012).

Além disso, Shriberg (2002, p. 27) destaca que nas universidades “os baixos níveis de responsabilidade estão presentes em toda a instituição, uma vez que existem poucos administradores em comparação com professores e funcionários, e os objetivos e tarefas dos indivíduos nem sempre são claros.” Ainda segundo aquele autor, a falta de envolvimento dos *stakeholders* pode estar relacionada ao contexto da esfera pública e da relativa falta de poder que os administradores têm para motivar funcionários efetivos.

Apesar dos desafios, a diversidade de ações e atores envolvidos nas universidades contribuem para que estas possuam uma responsabilidade cada vez maior em provocar mudanças relacionadas à sustentabilidade. Neste sentido, alguns autores estabelecem prioridades e condições necessárias para a identificação de uma universidade sustentável. Além dos fatores relacionados à pesquisa e extensão, chamam atenção a participação de todos os stakeholders e a incorporação das práticas sustentáveis nos processos de gestão. Para Gallardo e Folgado (2020, p. 2):

“As instituições de ensino superior desempenham um papel importante nas sociedades contemporâneas, servindo como força integradora dos territórios e determinante do desenvolvimento sustentável. As universidades não devem apenas se tornar parte integrante dos processos de formação de pessoas críticas, responsáveis, comprometidas e coerentes, mas também devem ser capazes de responder às demandas de sua sociedade por um conjunto de valores responsáveis que promovam a sustentabilidade. Este último é baseado nos três pilares básicos: crescimento econômico, proteção ambiental e desenvolvimento social”.

Para Shriberg (2002), universidades sustentáveis são aquelas que integram boas práticas nas principais funções: ensino, investigação, serviços e operações. Tauchen e Brandli (2006) apontam que dentre as principais correntes de pensamento sobre o papel das universidades quanto ao desenvolvimento sustentável, destaca-se a que trata da postura de

algumas instituições na implementação de sistemas de gestão ambiental em seus *campi*, que exemplificam na prática um modelo de gestão sustentável para a sociedade.

Portanto, um dos pontos chave para a implementação de ações sustentáveis nas universidades seria a transição do discurso teórico para a prática, não se tratando apenas de alterações nos currículos das disciplinas. Para Marcomin e Silva (2009), o processo de mudança “requer um redimensionar das questões sob um novo foco de atenção à universidade como um todo”, integrando professores, gestores, alunos, funcionários, departamentos, disciplinas, projetos de pesquisa e de extensão, bem como a comunidade onde a universidade está inserida.

Além de ensinar a conscientização socioambiental, essas organizações precisam incorporar seus princípios e práticas em todos os níveis da entidade, inclusive nas operações e atividades comuns, de forma a servirem de exemplo à população local e sociedade como um todo (TAUCHEN; BRANDLI, 2006). Para que esta integração se concretize, “é fundamental que todos os indivíduos envolvidos na organização estejam educados e sensibilizados ao comprometimento em relação a uma sociedade que valorize o ser humano, assim como suas riquezas patrimoniais, sem desconsiderar os recursos finitos do planeta” (HENCHEN; LEITE; LOPES, 2017, p. 43).

Dotto *et al.* (2019) realizaram uma pesquisa do tipo *survey* com o objetivo de verificar a efetividade das ações do PLS em uma universidade do Sul do país. Como ponto positivo, foi identificado que a maioria dos indivíduos pesquisados possuíam conhecimento a respeito do conceito de sustentabilidade. Entretanto, poucos conheciam o PLS da instituição.

Em relação à implementação da A3P, um estudo de caso conduzido por Vieira e Medeiros (2020) teve o objetivo de analisar a aplicação da Agenda nas atividades exercidas dentro de um setor administrativo da Universidade Federal de Campina Grande. Apesar do campus estar investindo no desenvolvimento de projetos voltados às questões socioambientais e otimização de recursos, a pesquisa constatou um baixo índice de percepção ambiental entre os servidores e a ausência de monitoramento para uso racional dos recursos naturais e gestão dos resíduos gerados.

Em contrapartida, o estudo de caso realizado por Cunha *et al.* (2016) através de entrevistas com servidores da Universidade Federal do Ceará concluiu que existe um bom nível de conhecimento dos entrevistados sobre o entendimento de práticas de sustentabilidade, porém o nível de implementação dessas práticas em atividades cotidianas realizadas pelos servidores ainda é relativamente baixo.

Os estudos citados demonstram a importância de unir conhecimento à prática, uma vez que separados eles não produzirão os efeitos positivos esperados com a implementação do PLS e da adesão da A3P. Com base nestas considerações e na consciência em relação ao papel dos atores no que diz respeito à prática da sustentabilidade nas IES, esta pesquisa se orienta às práticas e percepções dos servidores de uma universidade pública acerca da sustentabilidade e de suas manifestações dentro deste espaço.

3. Metodologia

Para o alcance do objetivo proposto de analisar as percepções e práticas de sustentabilidade dos servidores de um dos Centros da universidade, foi realizada uma

pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2002) o principal objetivo desse tipo de pesquisa é aprimorar ideias ou descobrir tendências e intuições

Quanto à abordagem, a pesquisa se caracteriza como quantitativa. Esta abordagem é amplamente utilizada, podendo ser empregada para interpretar comportamentos e atitudes individuais, bem como para contribuir com o processo de mudança da sociedade (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento um questionário, que teve como objetivo entender as percepções e práticas de sustentabilidade do público-alvo deste estudo. Neste sentido, o método de pesquisa se enquadra como do tipo *survey*. Como enfatizado por Gil (2008), este tipo de pesquisa parte da motivação em conhecer algum comportamento específico, para isso é realizada a interrogação direta do público de interesse.

A pesquisa foi trabalhada em um Centro Acadêmico de uma universidade pública da região Nordeste, que conta com oito departamentos, 141 docentes e 83 94 técnicos administrativos.

O questionário foi adaptado pelos autores, tomando como base a pesquisa de Peixoto *et al.* (2019), a literatura existente como também os direcionamentos e eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública e do Plano de Gestão de Logística Sustentável da universidade. As questões foram distribuídas em 7 seções que totalizaram 30 perguntas, sendo 2 abertas e 28 fechadas. Em seguida, o questionário foi sistematizado na ferramenta do Google Formulários. O *link* de acesso foi compartilhado através de aplicativos de mensagens com os servidores que fazem parte do quadro de funcionários do Centro em questão. O *link* esteve disponível no período de 28 de outubro de 2021 a 16 de novembro de 2021, onde foram obtidas 62 respostas que constituíram a amostra da pesquisa. Entretanto, a realização da pesquisa durante o período de isolamento social imposto pela pandemia do COVID-19, dificultou a mobilização e sensibilização do público-alvo para a obtenção de respostas ao questionário.

Ressalta-se que os resultados encontrados refletem as práticas e percepções de sustentabilidade da amostra estudada, e não da população total de servidores da universidade. Após o recebimento das respostas, os dados foram sistematizados com o auxílio do software Excel e, em seguida, passaram por uma análise descritiva. Os resultados encontrados serão apresentados a seguir.

4. Resultados

Inicialmente, buscou-se caracterizar os respondentes pelo tempo de trabalho na universidade, a fim de verificar se eles já estavam na instituição à época da adesão à A3P (em 2014) e da adoção do PLS (em 2019). Considerando o caráter recente do PLS e o isolamento social provocado pela pandemia da COVID 19, que afastou os servidores das atividades presenciais na universidade, optou-se por excluir da amostra um respondente que declarou estar na instituição há apenas 2 anos.

Neste sentido, as análises seguiram com as 61 respostas restantes. Foi constatado que a média de tempo de trabalho desses indivíduos na Instituição é de 16,8 anos, portanto superior ao tempo que a universidade aderiu à A3P e ao PLS. A segunda seção do questionário teve como objetivo analisar o grau de conhecimento dos servidores no que diz

respeito à A3P e ao PLS, bem como sobre a adesão desses instrumentos pela universidade. Os dados apresentados no quadro 1 evidenciam que a maioria dos servidores possuem conhecimento sobre a Agenda 21, mas possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre a A3P, o PLS e suas ações na universidade.

Quadro 1 - Grau de conhecimento dos servidores em relação à Agenda 21, A3P e PLS.

	Nenhum	Pouco	Razoável	Bom	Grande	Média	Desvio Padrão
Qual o seu grau de conhecimento em relação à Agenda 21 Global?	16,39%	22,95%	47,54%	11,48%	1,64%	2,59	0,96
Qual o seu grau de conhecimento sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?	36,07%	45,90%	13,11%	3,28%	1,64%	1,88	0,88
Qual o seu grau de conhecimento acerca do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P na universidade?	62,30%	31,15%	3,28%	3,28%	0,00%	1,47	0,87
Qual o seu grau de conhecimento a respeito do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) adotado pela universidade?	72,13%	19,67%	4,92%	3,28%	0,00%	1,40	0,88
Qual o seu grau de conhecimento a respeito das ações promovidas a partir do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da universidade?	77,05%	13,11%	6,56%	3,28%	0,00%	1,36	0,88

Para uma melhor interpretação dos dados, foram atribuídos valores de 1 a 5 aos níveis de conhecimento, onde 1 representa nenhum conhecimento; 2 pouco conhecimento; 3 razoável conhecimento; 4 bom conhecimento e 5 grande conhecimento. Essas escalas foram multiplicadas pelo número de respostas recebidas em cada opção, com o objetivo de encontrar o valor médio que representa o grau de conhecimento dos respondentes sobre cada item.

O valor médio encontrado equivalente a 2,59 mostra que, em média, os servidores da amostra estudada possuem razoável conhecimento sobre a Agenda 21. Já os valores médios de 1,88 e 1,47 retratam que, em média, os respondentes apresentam nenhum e pouco conhecimento em relação à A3P e ao PLS, respectivamente. Prevalecem também a presença de pouco ou nenhum conhecimento em relação ao PLS e suas ações.

Chama atenção as duas últimas perguntas desse questionário, onde foi verificado que um percentual muito significativo dos servidores da Instituição tem nenhum ou pouco conhecimento - mais de 90% em ambas as questões perguntadas - acerca da implementação e das ações desenvolvidas no tocante ao PLS instituído pela Universidade.

Esses resultados corroboram com o estudo desenvolvido por Derahim *et al.* (2012) em universidades na Malásia onde aponta que o conhecimento de funcionários universitários referente ao desenvolvimento sustentável é bastante restrito. Entretanto, suas ações em relação à sustentabilidade são fortemente afirmativas, uma vez que acreditam na importância do seu papel para o desenvolvimento sustentável.

A terceira seção do questionário se direcionou através do eixo 1 da A3P, denominado “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos”. O eixo trata da forma como a energia elétrica, a água, os combustíveis, entre outros recursos naturais, estão sendo empregados nas instituições. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o objetivo é promover o melhor uso dos recursos naturais na administração pública, considerando que uma das diretrizes da A3P é o estímulo à implementação de práticas que tenham como princípio a sustentabilidade do planeta.

O uso consciente desses recursos implica na diminuição de gastos econômicos, como também na minimização de prejuízos ambientais e sociais. Para Cavalcante (2012, p. 195), “o momento é de correção de hábitos de desperdício e desatenção, assim como, de motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos”.

Os resultados demonstrados no quadro 2 evidenciam que a maioria dos servidores respondentes sempre ou frequentemente adotam seis das sete ações sustentáveis listadas.

Quadro 2 - Ações sustentáveis adotadas pelos servidores da Universidade – Eixo 1.

Ações / Frequência	Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca	Não se aplica
Desligo o ar-condicionado, o ventilador e as lâmpadas ao término do expediente ou quando me ausento por período igual ou superior a duas horas	68,85%	24,59%	6,56%	0,00%	0,00%
Fecho portas e janelas quando o ar-condicionado está ligado	96,72%	1,64%	1,64%	0,00%	0,00%
Desligo os monitores quando faço uma pausa para descanso	19,67%	40,98%	29,51%	9,84%	0,00%
Imprimo ou faço cópia dos documentos em frente-e-verso	22,95%	52,46%	21,31%	1,64%	1,64%
Utilizo papel reciclado em substituição ao papel branco	6,56%	19,67%	70,49%	3,28%	0,00%
Substituo copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável	19,67%	68,85%	6,56%	4,92%	0,00%
Leio formulários e documentos no formato digital	21,31%	73,77%	3,28%	1,64%	0,00%

A ação adotada com mais frequência foi o desligamento de lâmpadas e equipamentos ao término de expediente ou em longos períodos de ausência. Dentre os aspectos tratados neste eixo, tal ação tende a contribuir para a economia de energia elétrica na instituição.

A ação realizada de forma menos frequente diz respeito ao uso de papel reciclado em substituição ao papel branco. 6,56% dos respondentes alegaram utilizar o papel reciclado sempre, enquanto 70,49% utilizam raramente.

A prática de substituir copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável é adotada frequentemente por 68,85% dos respondentes. Tal ação vem ao encontro da meta estabelecida no item 5.1 do PLS da universidade, que visa reduzir o uso de copos descartáveis nas áreas administrativas da universidade em 50%.

Atitudes como economia de energia elétrica, reaproveitamento de papel e a substituição de descartáveis por utensílios duráveis, são ações simples que podem ser adotadas pelos servidores em seu local de trabalho e servem de exemplo à sociedade (MACULAN et al., 2016). Para Pereira (2013), a adoção dessas medidas sustentáveis nas IES só é possível quando existe no servidor o desejo e motivação de colocá-las em prática. A partir desse embasamento e dos resultados encontrados, é possível inferir que existe na maioria dos servidores da Universidade disposição para adotar tais práticas.

A quarta seção de perguntas, cujos resultados estão evidenciados no quadro 3, teve como objetivo entender as práticas dos servidores em relação à “Gestão adequada dos resíduos gerados”, eixo 2 da A3P. De acordo com Oliveira, Santos e Cabral (2021, p. 8), “a gestão adequada dos resíduos, passa pela adoção da política dos 5R’s: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Visa pensar no tratamento dos resíduos sólidos e na disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.”

Quadro 3 - Ações sustentáveis adotadas pelos servidores da Universidade - Eixo 2.

Ações / Frequência	Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca	Não se Aplica
Costumo separar o meu lixo (orgânico e seco)	14,75%	59,02%	14,75%	11,48%	0,00%
Separo resíduos que trazem danos ao meio ambiente (lâmpadas, cartuchos, toners, pilhas e outros)	27,87%	52,46%	18,03%	1,64%	0,00%
Reutilizo papéis para fazer bloco de anotações rascunho	59,02%	37,70%	3,28%	0,00%	0,00%
Adoto práticas para redução do uso de material de expediente (lápiz, caneta, papel, pincel atômico, cartucho de impressora e outros)	21,31%	49,18%	26,23%	1,64%	1,64%

De maneira geral, os resultados expostos na Tabela 3 mostram que sempre ou frequentemente os servidores da amostra adotam práticas relacionadas à separação de resíduos e à reutilização de materiais consumidos no expediente. Entretanto, chama atenção a porcentagem de servidores que alegaram nunca separar o lixo orgânico do lixo seco.

A seção denominada “Iniciativas de capacitação sobre sustentabilidade já desenvolvidas”, presente no PLS da universidade, relata alguns eventos e palestras realizadas

entre os anos de 2013 e 2018 que trataram de assuntos relacionados à gestão dos resíduos. Além disso, o documento estabelece em suas metas os objetivos de “aumentar em 10% o volume de resíduos recicláveis a serem encaminhados à cooperativa de catadores” e “ampliar coleta de resíduos orgânicos alimentares gerados na universidade, com destinação para o pátio de compostagem e biodigestor”.

Segundo Monteiro *et al.* (2001), além dos procedimentos físicos e biológicos para o tratamento dos resíduos, o engajamento das pessoas é o passo inicial para que o processo funcione. “O tratamento mais eficaz é o prestado pela própria população quando está empenhada em reduzir a quantidade de lixo, evitando o desperdício, reaproveitando os materiais, separando os recicláveis e se desfazendo do lixo que produz de maneira correta.” (MONTEIRO *et al.*, 2001, p.119)

Na seção seguinte buscou-se trabalhar o Eixo 3 da A3P, denominado “Qualidade de vida no ambiente de trabalho”. A qualidade de vida está presente no âmbito social dos três pilares da sustentabilidade e, segundo Vogelmann (2014, p.14), para atingi-la “deve ser estruturado um plano de ação que abranja: segurança no trabalho, qualidade dos espaços físicos e estímulo ao sadio relacionamento social.”

Quadro 4 - Percepção de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho - Eixo 3.

Ações / Frequência	Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca	Não se Aplica
Percebo algum tipo de preconceito no meu ambiente de trabalho	3,28%	11,48%	44,26%	40,98%	0,00%
Contribuo para que o meu local de trabalho seja um ambiente mais humanizado	44,26%	55,74%	0,00%	0,00%	0,00%
Faço horas extras para a realização de minhas atividades e para cumprir com os prazos estabelecidos pela universidade	11,48%	24,59%	47,54%	13,11%	3,28%
Tenho autonomia para realizar minhas atividades	19,67%	73,77%	6,56%	0,00%	0,00%
Busco aproveitar minhas habilidades para facilitar meu trabalho diário	73,77%	26,23%	0,00%	0,00%	0,00%

De acordo com as respostas obtidas, observou-se que os servidores alegam que sempre ou frequentemente contribuem para que o local de trabalho seja um ambiente humanizado e buscam aproveitar as habilidades individuais para facilitar as tarefas diárias. Notou-se também um resultado positivo em relação à autonomia percebida para o desenvolvimento das atividades, onde 73,77% dos respondentes alegaram que frequentemente possuem liberdade de desempenhar suas atividades da forma que melhor se adequa a sua rotina laboral.

Outro ponto positivo em relação ao eixo abordado por tais perguntas, é que 40,98% e 44,26% pesquisados nunca ou raramente perceberam algum tipo de preconceito dentro do seu ambiente de trabalho, respectivamente. Entretanto, apesar de menor que as demais, pode-se considerar alta a porcentagem de servidores que sempre ou frequentemente percebe algum preconceito no ambiente de trabalho. Conforme destaca Sagaz *et.al* (2017, p.76), “para que a sustentabilidade social aconteça de fato, organizações, governo e sociedade devem buscar a gestão de maneira honesta e ética, melhorar a mobilidade social e a diversidade”.

A sexta seção do questionário teve como objetivo entender as percepções dos servidores em relação aos eixos 4 e 5 da A3P, que trata das “Compras públicas e construções sustentáveis”. Tais eixos possuem relação com a adoção da variante ambiental nas licitações realizadas pela universidade, como também em suas construções.

O setor público é “um dos segmentos que mais consomem produtos e serviços do mercado, deve servir de exemplo, buscando preservar o meio ambiente e difundir as políticas ambientais” (BRAGA, 2012). Neste sentido, a prática de licitações que levem em conta a compra de produtos sustentáveis, a contratação de empresas que agreguem em suas rotinas ações sociais e ambientais e a incorporação de construções e reformas de forma ambientalmente correta, promove a diminuição de impactos negativos no meio ambiente. Além disso, contribui para a utilização responsável dos recursos naturais e para a melhoria da qualidade de vida no trabalho.

As compras sustentáveis devem levar em conta toda trajetória do produto ou serviço adquirido. Conforme Barbosa *et al.* (2018), as licitações sustentáveis “visam demonstrar a responsabilidade socioambiental das organizações públicas em suas contratações, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais como forma de promover o desenvolvimento sustentável”.

Quadro 5 - Percepções dos servidores acerca das compras sustentáveis - Eixos 4 e 5.

Ações / Concordância	Concordo fortemente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo Fortemente	Média	Desvio Padrão
A Universidade deve ter a preocupação em fazer construções de forma ambientalmente correta	55,74%	44,26%	0,00%	0,00%	0,00%	4,55	0,50
A Universidade deve utilizar critérios ambientais ao licitar produtos	57,38%	40,98%	1,64%	0,00%	0,00%	4,55	0,67
A Universidade deve levar em consideração critérios ambientais ao contratar uma empresa para realizar serviços no <i>Campus</i>	59,02%	40,98%	0,00%	0,00%	0,00%	4,59	0,50

A partir dos dados apurados nesta seção, verifica-se que a maioria dos questionados são favoráveis à adoção dessas ações na universidade. Para uma melhor interpretação dos

dados, foram atribuídos valores de 1 a 5 aos níveis de concordância dos participantes em relação à realização de compras e construções sustentáveis pela universidade. O valor 1 diz respeito à opção discordo fortemente; 2 discordo; 3 indiferente; 4 concordo e 5 concordo fortemente. Essas escalas foram multiplicadas pelo número de respostas recebidas em cada opção, com o objetivo de encontrar o valor médio que representa o grau de conhecimento dos respondentes sobre cada item.

Neste sentido, em média os respondentes concordam fortemente que a universidade deve se preocupar em fazer construções de forma ambientalmente corretas, utilizar critérios ambientais para licitar os produtos e considerar esses critérios também na contratação de empresas para a realização de serviços no *campus*.

Na última seção do questionário, buscou-se avaliar a percepção dos servidores quanto a consolidação de sua consciência cidadã e de sua responsabilidade socioambiental, com base no Eixo 6 da A3P - “Sensibilização e capacitação dos servidores”. Segundo Santos e Junior (2020, p.13) a A3P prevê esse eixo para a sensibilização dos gestores e servidores no sentido de uma postura socioambiental responsável, a fim de conscientizar as pessoas de como e quanto seus hábitos, comportamentos e padrões de consumo afetam diretamente a preservação dos recursos naturais. Os resultados das respostas obtidas foram analisados e demonstrados no quadro 6.

Quadro 6- Sensibilidade dos servidores em relação à sustentabilidade - Eixo 6.

Ações / Concordância	Concordo fortemente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo Fortemente	Média	Desvio Padrão
Sou sensível a questões ambientais no meu local de trabalho no que diz respeito à práticas sustentáveis	29,51%	67,21%	3,28%	0,00%	0,00%	4,26	0,75
Caso a Universidade ofereça capacitação contínua aos seus servidores para práticas ambientais sustentáveis, irei conhecê-la e aplicá-la ao meu setor de trabalho	59,02%	36,07%	4,92%	0,00%	0,00%	4,54	0,92
Procuro me informar sobre estratégias de uso consciente dos recursos naturais	24,59%	65,57%	9,84%	0,00%	0,00%	4,14	1,07
Compartilho/estimo meus colegas de trabalho a adotarem práticas sustentáveis	9,84%	44,26%	45,90%	0,00%	0,00%	4,36	1,62

Conforme os dados coletados, a grande maioria dos entrevistados são sensíveis a questões ambientais em seu local de trabalho, visto que em relação a esse aspecto 29,51% dos respondentes concordam fortemente e 67,21% concordam. Além disso, 24,59% concordam fortemente que procuram se informar sobre estratégias de uso consciente dos recursos naturais e 65,57% concordam.

Um ponto a se destacar aqui é o fato de 45,90% dos servidores da amostra não compartilharem ou estimularem os colegas a adoção de práticas sustentáveis. Visto que 59,02% concordam fortemente com a oferta de capacitações por parte da universidade, oferecer capacitação sobre práticas ambientais pode ser uma forma de estimular o compartilhamento de informações e práticas entre os servidores.

Por fim, as duas últimas perguntas da seção tiveram como objetivo analisar a percepção e o nível de informação dos servidores em relação às ações de sustentabilidade já desenvolvidas pela universidade.

Foi perguntado aos servidores se eles perceberam alguma ação desenvolvida pela universidade que contemplasse a temática sustentabilidade. O resultado mostrado no quadro 7 mostra que apenas 29,51% dos servidores responderam sim, 36,07% responderam não e 34,47% afirmaram não saber responder.

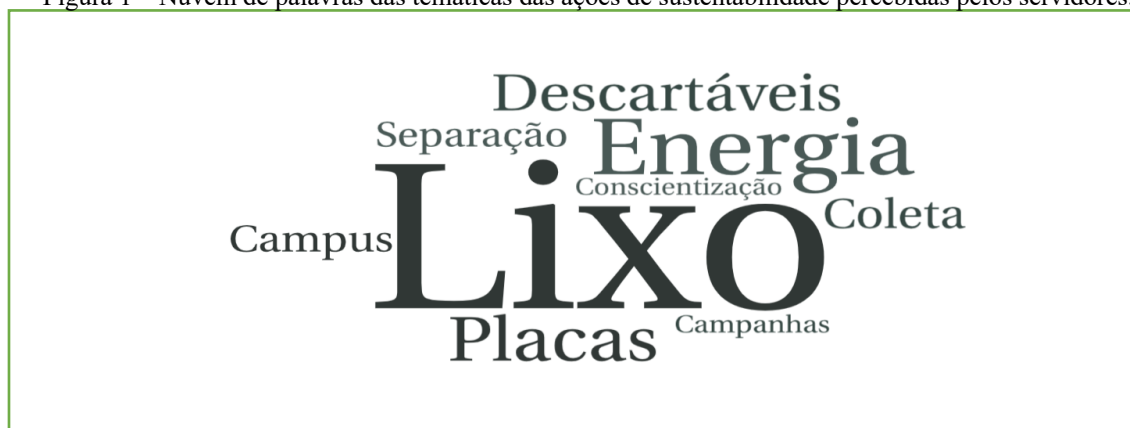
Quadro 7 - percepção dos servidores sobre a existência de ações de sustentabilidade na universidade.

nos últimos anos você percebeu ações desenvolvidas pela universidade que contemplem a temática sustentabilidade?		
Sim	Não	Não sei responder
29,51%	36,07%	34,43%

De acordo com o PLS da universidade, no que diz respeito à capacitação e sensibilização dos servidores, foram realizados quatro eventos entre os anos de 2013 e 2018 e três cursos de capacitação entre 2015 e 2017, além da elaboração e disponibilização de manuais a partir do ano de 2017. Uma vez que essas ações existem e são disponibilizadas na página da Diretoria de Gestão Ambiental da universidade, acredita-se que, talvez, seja necessário um melhor direcionamento que proporcione visibilidade às ações, para que essas cheguem até os departamentos e outras instâncias da universidade.

Em seguida, foi solicitado aos respondentes que apontaram sim na resposta anterior, que descrevessem as ações percebidas. Após a análise das respostas, gerou-se uma nuvem de palavras para verificar quais assuntos foram mais mencionados pelos respondentes, conforme mostrado na figura 1.

Figura 1 – Nuvem de palavras das temáticas das ações de sustentabilidade percebidas pelos servidores.



De forma geral, é possível perceber que as palavras mencionadas de forma mais frequente estão diretamente relacionadas às temáticas da A3P e às ações e metas mencionadas no PLS. Entretanto, chama atenção o número de servidores que apontaram não perceber a realização de ações sustentáveis na universidade nos últimos anos.

5. Considerações Finais

Considerando o papel norteador das universidades e a necessidade emergente da adoção de hábitos sustentáveis pela sociedade, esta pesquisa teve como objetivo analisar as práticas e percepções de sustentabilidade dos servidores de um dos centros acadêmicos de uma universidade pública de Pernambuco.

De forma geral, os resultados positivos sugerem que as pessoas estão se tornando mais conscientes em relação à redução dos impactos ambientais, econômicos e sociais provocados pela utilização desenfreada dos recursos naturais. Porém, esta pesquisa evidenciou alguns pontos de atenção.

Os resultados deste estudo mostraram que, apesar de a maioria dos respondentes concordarem e praticarem algumas ações sustentáveis, muitos não possuem conhecimentos sobre a A3P e o PLS, principais instrumentos que direcionam os objetivos ações promovidas e pela universidade nessa temática. Segundo Franco *et al.* (2016), as IES não só possuem dificuldade em adotar o PLS, mas também em divulgar as práticas e elaborar Relatórios de Acompanhamento.

Ainda em relação às ações, a coleta de lixo foi bastante mencionada na percepção dos respondentes, bem como no PLS da universidade, visto que é um dos temas mais enfatizados no documento. Assim como achado por Cunha, reciclagem e coleta seletiva são temas bastante familiares aos respondentes quando se trata de sustentabilidade, uma vez que as campanhas e mídias sobre o assunto tendem a torná-lo mais próximo da realidade e rotina das pessoas. Entretanto, um número considerável de servidores alegou nunca ou raramente realizar a separação entre os resíduos orgânicos e secos. Tal fato sugere que as ações relacionadas à coleta de lixo existem e são percebidas, mas nem sempre são adotadas e executadas pelos servidores.

Chama atenção também o número de servidores que alegaram não ter percebido ações de sustentabilidade pela universidade nos últimos anos, mesmo que no PLS da universidade

estejam listados os cursos, eventos e materiais produzidos sobre a temática de sustentabilidade entre 2013 e 2018. Segundo Dotto *et al.* (2019), o desconhecimento do PLS por parte de integrantes das IES é um aspecto frágil e preocupante para a prática de sustentabilidade nas universidades, pois as instituições públicas são ambientes propícios para a disseminação de tais práticas.

Entende-se que existem iniciativas de sustentabilidade no ambiente de trabalho dos servidores, mas ainda é necessário reduzir a desinformação e aumentar a adesão em relação às práticas sustentáveis. Neste sentido, a universidade pode utilizar como alternativa a divulgação constante em vários canais de comunicação. Além disso, pode ser viável a utilização estratégias de engajamento que convençam os servidores a adotarem as práticas sugeridas na universidade e fora dela.

Cabe ressaltar também um ponto identificado no âmbito da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Cerca de 15% dos servidores apontaram perceber sempre ou frequentemente algum tipo de preconceito no ambiente de trabalho. Apesar de pequena em relação às demais, essa porcentagem representa um número alto. Neste sentido, apesar da emergência dos aspectos ambientais, os gestores e idealizadores das ações de sustentabilidade na universidade devem estar atentos também à importância de trabalhar os aspectos sociais.

Por fim, esta pesquisa parte do pressuposto de que as universidades possuem um papel para além da pesquisa e que podem ser exemplos de gestão sustentável para a sociedade. Uma das limitações do estudo foi a baixa adesão dos respondentes. Acredita-se que o número limitado de participantes na pesquisa se deu pelo fato de que a maioria dos servidores se encontra em trabalho remoto por conta do distanciamento imposto pela pandemia do Covid-19. Considerando a importância de que todos os indivíduos da instituição estejam envolvidos no processo de mudança, sugere-se que esta pesquisa seja aplicada em um novo momento, quando a universidade estiver em seu pleno funcionamento e que as percepções dos gestores também sejam analisadas.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 GLOBAL. UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), **Agenda 21 (global). Ministério do Meio Ambiente – MMA.** Disponível em: < <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html> >. Acesso em: 08 nov. 2021.

AMARAL, Luiz André; STEFANO, Silvio Roberto; CHIUSOLI, Cláudio Luiz. Sustentabilidade organizacional na perspectiva do triple bottom line: o caso Itaipu binacional. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 5, n. 1, p. 64-80, 2018.

BARBOSA, Ane Caroline et al. Licitação sustentável na administração pública: um estudo de caso no tribunal regional do trabalho-14ª região. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 7, n. 3, p. 435-453, 2018.

BATISTA, Agleilson Souto et al. A dimensão ambiental como estratégia de gestão na Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 62, fev. 2020.

Braga, C. Compras públicas sustentáveis: uma proposta à Fundação Joaquim Nabuco. **Revista dos Mestrados Profissionais**, v.1, n.1, p. 129 - 156.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. 2021. Disponível em: <<https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas?ano=2021>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso em: 11.nov.2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS. 2012. Disponível em: < <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls>>. Acesso em: 10.nov.2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. 2021. Disponível em: < <http://a3p.mma.gov.br/>>. Acesso em: 10.nov.2021.

BRASIL. Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696>>. Acesso em: 08.dez.2021.

CAVALCANTE, M. L. S. A. Administração Pública e Agenda Ambiental –A3P Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. *Revista Controle Doutrina e Artigos*, v. X, p. 193–216, 2012.

CUNHA, Antonia Karina Barroso Gouveia, *et al.* A sustentabilidade sob a ótica dos servidores de uma instituição federal de ensino superior. In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2016, João Pessoa/PB.

DERAHIM, N. *et al.* UKM's staff perspective on sustainability and its contribution towards a sustainable university. *Procedia –Social and Behavioral Sciences*. v. 59, p. 376-381, out. 2012.

DOTTO, Dalva Maria Righi *et al.* Sustentabilidade em organizações públicas: estudo de uma instituição federal de ensino brasileira. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 8, n. 2, p. 235-259, 2019. ELKINGTON, John. Enter the triple bottom line. In: *The triple bottom line*. Routledge, 2004.

FRANCO, Samyra Cordeiro *et al.* Plano de Gestão de Logística Sustentável e seus indicadores: o conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas universidades federais brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 10, n. 4, p. 204-226, 2017.

GALLARDO-VÁZQUEZ, Dolores; FOLGADO-FERNÁNDEZ, José A. *Regional Economic Sustainability: Universities' Role in Their Territories*. **Land**, v. 9, n. 4, p. 102, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HENCHEN, Anne Vanessa; MOURA-LEITE, Rosamaria; LOPES, José Carlos Jesus. Sustentabilidade e Gestão de Instituições de Ensino Superior: Análise da Produção Científica. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 38-60, 2019.

LARA, Pedro Túlio de Resende. Sustentabilidade em instituições de ensino superior. **Revista Monografias Ambientais**, v. 7, n. 7, p. 1646-1656, 2012.

LORENZETTI, Dagoberto Hélio; CRUZ, Ricardo Moreira; RICIOLI, Simone. Estratégia empresarial e sustentabilidade: um modelo integrador. **Revista da Pós-graduação: Administração**, v. 2, n. 3, p. 33-57, 2008.

MACULAN, Calusa Grendene *et al.* Implantação da sustentabilidade: a perspectiva dos próreitores de uma IFES do interior do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: FÓRUM INTERNACIONAL ECOINOVAR, 5., 2016, Santa Maria. Anais... . Santa Maria: ECOINOVAR, 2016. p. 1 - 15.

MARCOMIN, Fatima Elizabeti; SILVA, Alberto Dias. A Sustentabilidade No Ensino Superior Brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. **Revista Contrapontos**, v. 9, n. 2, p. 104-117, 2009.

MONTEIRO, José Henrique Penido. Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. 2001.

MUNCK, Luciano; MUNCK, Mariana Gomes Musetti; BORIM-DE-SOUZA, Rafael. Sustentabilidade organizacional: a proposição de uma framework representativa do agir competente para seu acontecimento. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 4, n. SPE, p. 147-158, 2011.

OLIVEIRA, Lizy Manayra Santos; DOS SANTOS, Sandra Maria; DE AQUINO CABRAL, Augusto César. Gestão Socioambiental: Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública em Instituições Federais de Ensino Superior. **Gestão e Sociedade**, v. 15, n. 41, 2021.

PEGORIN, Maria Cristina; SANTOS, Darliene Costa dos; MARTINS, Ivan de Souza Costa. A Aplicação da Agenda Ambiental no Setor Público: estudo de caso em uma instituição da administração pública federal direta. 2014. In: **X Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, 2014, Rio de Janeiro.

PEIXOTO, Carol Soares Bezerra de Sá *et al.* Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 12, n. 2, p. 230-252, 2019.

PEREIRA, Andréia de Souza. Educação superior e sustentabilidade: um estudo sobre a percepção dos atores do campus Alto Paraopeba / UFSJ / MG. 2013. 154 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Pós Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**, 2. ed., Novo Hamburgo, 2013.

SAGAZ, Sidimar Maira *et al.* Dimensão Social da Sustentabilidade e Saúde Pública: Um Levantamento Bibliométrico. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 7, n. 2, p. 73-91, 2018.

SANTOS, Aldair Ribeiro dos; JUNIOR, Achiles Batista Ferreira. Agenda Ambiental na Administração Pública: processo de implantação e suas práticas. **Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 9 n. 17 (2020).

SANTOS, Warlleis Souza. A Sustentabilidade e a gestão ambiental na administração pública municipal: um desafio às organizações. **Revista Multitexto**, v. 8, n. 1, p. 18-29, 2020.

SHRIBERG, Michael Philip. **Sustainability in United States higher education: organizational factors influencing campus environmental performance and leadership**. Tese (Doutorado em Filosofia). University of Michigan, 2002.

SILVA, M. S.; OMENA, A. C. C.; SILVA, M. J. G.; CAVALCANTE, M. C. G. Sustentabilidade e Logística Reversa: Um Desafio para a Universidade Federal de Alagoas. In: **I Congresso Nacional de Mestrados Profissionais em Administração Pública**, 2016, Curitiba. Eixo temático 3 - Práticas de Gestão Sustentáveis, 2016. p. 1-12.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, p. 503-515, 2006.

VIEGAS, Socorro de Fátima da Silva; CABRAL, Eugênia Rosa. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 8, n. 1, p. 236-259, 2015.

VIEIRA, Maria Clara de Souza; MEDEIROS, Lucas Gomes. Estudo de caso sobre a adesão de uma instituição de ensino superior à agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 45, p. 272-283, 2020

VOGELMANN JUNIOR, Jorge Carlos. Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública. Porto Alegre: **ESAF**, 2014.